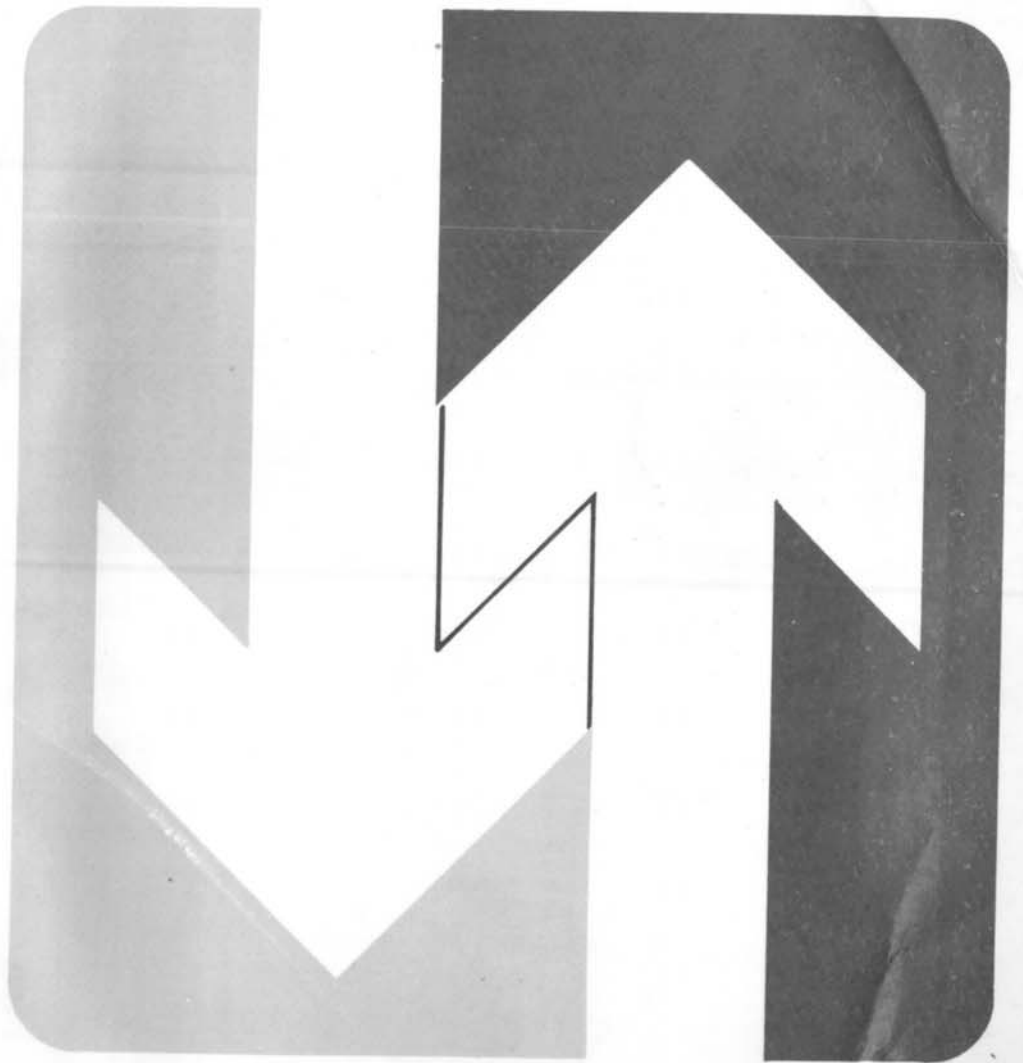


ANAIIS



3º CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

02

INFORME SOBRE O ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Amélia Trevisan

A situação do Arquivo do Estado de São Paulo é bastante precária, sob vários aspectos. Em primeiro lugar, quanto à sua própria administração. O Diretor efetivo acha-se afastado do cargo há muitos anos e as dificuldades foram-se acumulando no decorrer do tempo. Basta dizer que, de Departamento que era, da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado, passou ao nível de Divisão, na atual estrutura da Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia.

O Arquivo teve início em 1721, ao tempo dos Capitães-Generais, quando o Secretário de Governo Gervásio Leite Ribeiro começou a conservar a documentação corrente. Com a separação da Capitania, os papéis foram dispersados entre São Paulo, Rio de Janeiro e o Porto de Santos. Somente em 1765, com o Morgado de Mateus, foi restabelecido o Arquivo colonial. O acervo é composto de cerca de 4.500 códices e de documentação manuscrita avulsa, cujo vulto não pode ser estimado, por nunca ter havido um levantamento. O Arquivo está dividido em duas Seções: a Seção de documentação manuscrita e a Seção de documentação impressa. A atividade mais importante do Arquivo tem sido a de *publicações*. Dentre estas, avulta a que tem por título “Inventários e Testamentos”, datando de 1756 o inventário mais antigo. Estão publicados 43 volumes, estando em fase de impressão o volume 44. Outra publicação é a denominada “Documentos Interessantes”, com 96 volumes já divulgados. Temos ainda “Boletim” e uma publicação das “Sesmarias”, cujos originais vão a 50 livros manuscritos, e dos quais 3 estão divulgados.

O Arquivo está instalado num prédio antigo, que era uma fábrica de tapetes, a Santa Helena. É muito deficiente em termos de pessoal técnico-qualificado. Seu acervo não está organizado, ignorando-se o conteúdo da documentação avulsa conservada em latas. Não há recolhimento efetivo ao Arquivo dos documentos oficiais do Estado.

Há um relatório de 1906, apresentado por uma comissão encarregada de “separar os papéis inúteis”, que informa terem sido incineradas 16 toneladas de documentos.

No momento, o Historiador Prof. Francisco de Assis Barbosa, desempenhando a função de Consultor Técnico, está tentando uma reformulação do Arquivo.